

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio	
Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos	
Ricardo de Araújo Kalid	
Milton Ferreira da Silva Junior	
Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva	
Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto	
Álvaro Sérgio Oliveira	
Daiane Thaise Oliveira Faoro	
Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky	
Édi Augusto Benini	
Elcio Gustavo Benini	
Eziel Gualberto de Oliveira	
Henrique Tahan Novaes	
Martina Nogueira Lima	
Raphael Camargo Penteadó	
Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves Fellipe Sá Brasileiro Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL</i>	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	460

CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA

Telmara O. Benevides Campos

UFBA

telmarabenevides16@gmail.com;

Ricardo de Araújo Kalid

UFBA

Ricardo.kalid@gmail.com;

Milton Ferreira da Silva Junior

UFSB

notlimf@gmail.com;

Maria Olímpia Batista de Moraes

IFBA, Campus Eunápolis;

mariaolimpiamoraes@hotmail.com

Universidade Federal da Bahia - UFBA, PEI-
Programa de Engenharia Industrial, Salvador,
Bahia, Brasil, FAPESB.

GT 5 Sociedade civil e Políticas Públicas.

RESUMO: O Assentamento Terra Vista (ATV), situado em Arataca, território Sul da Bahia, possui grande diversidade de frutíferas, cujo sistema de produção baseia-se nos princípios agroecológicos. O objetivo da pesquisa foi investigar o consumo e os processos de beneficiamento e comercialização das frutas existentes no ATV, através de entrevista semiestruturada com 40% dos líderes familiares, baseada no Diagnóstico Rural Rápido Participativo (DRRP). Como resultados obtidos, destacaram-se a falta de organização no sistema de produção e colheita: 28% não

produzem as frutas que consomem, comprando algumas fora do ATV; o beneficiamento acontece através da transformação das frutas em polpa e não possuem estrutura coletiva para armazenamento. Os entrevistados não sabem o custo e lucro efetivo envolvidos no processo de comercialização, dificultando uma estimativa do preço do produto. Inferiu-se que o desenvolvimento da agricultura familiar do ATV depende de uma comercialização atrelada ao Programa de Aquisição de Alimentos e efetivas Políticas Públicas de Segurança alimentar e nutricional.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas agroecológicas; segurança alimentar; frutíferas.

1 | INTRODUÇÃO

O MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais conhecido como Movimento dos Sem Terra é um dos movimentos sociais, fundado na década de 1980, simultaneamente sob emergência de vários sindicatos, partidos políticos progressistas e movimentos sociais no Brasil. Defende a reforma agrária, como seu principal objetivo, envolvendo-se com outras lutas interligadas com o processo de redemocratização (STÉDILE, 2005).

Estando inserido no MST, o Assentamento

Terra Vista situado no município de Arataca no Território Litoral Sul da Bahia, reside 58 famílias de agricultores familiares, com uma importante liderança, sobrevivem da produção de alimentos e com diversidade de frutas que possibilitam a comercialização.

Esses assentados são agricultores familiares que produzem de forma sustentável os alimentos, e no ATV encontra-se esse Sistema cacau cabruca, enraizada na cultura indígena, o termo “Cabruca” procede do dialeto tupi-guarani, originalmente “Cabroca”, *Caá* = mato, plantas em geral e *Oca* casa, abrigo. “*Caá + Oca*” construir a casa, o abrigo, para o cacauzeiro.” (SETENTA, LOBÃO, 2012).

O sistema cacau cabruca que contribuiu para melhorar a qualidade de vida do homem no campo, conservou recursos naturais, gerou recursos financeiros e compatibilizou o desenvolvimento socioeconômico, estabelecendo a conservação produtiva. (LOBÃO, SETENTA, VALE, 2011).

A Lei nº 11.326 de 2006 define como agricultor familiar e empreendedor familiar “os indivíduos que praticam atividades no meio rural; não detenham mais que quatro módulos fiscais, ou seja, pequeno proprietário; utilizem mão de obra da própria família e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo”. (SARAIVA, SILVA, SOUSA, 2013).

Dentro deste contexto, Negri, Bern e Brazaca (2016), afirmam que o Brasil possui uma biodiversidade de frutíferas que precisa ser explorada, diante dos benefícios que esses frutos oferecem para a população, com estudos e informações para contribuir com o desenvolvimento e garantia de alimentação e saúde. No país, a Região Nordeste se destaca pela diversificação de frutos e apresenta grandes árvores produtoras.

De acordo Freitas (2013) além do Brasil ser um grande produtor de frutas tropicais consumidos e apreciados em todo o mundo, existe variedade de frutas exóticas que são pouco conhecidos e representam grande potencial para o desenvolvimento de novos produtos.

A partir de alguns estudos com frutíferas, Giacometti (1993) declara que a diversidade de frutas do Brasil está representada por aproximadamente 500 espécies e concentra-se na Amazônia Brasileira, que possui cerca de 220 plantas produtoras de frutos comestíveis.

Rufino (2008), afirma que diversas espécies de frutíferas pouco conhecidas estão sendo estudadas recentemente e estão sofrendo muitas vezes a perda de competitividade e rentabilidade, além de restrição do cultivo em várias regiões. Porém com novas demandas e exigências de mercado para produtos naturais orgânicos, surge a importância de conhecer as propriedades nutricionais das frutíferas. Pois, em uma dieta saudável, elas desempenham um papel de destaque. Desde um simples prazer em consumi-la até nos benefícios à saúde, ao proporcionarem uma expectativa de vida, vitalidade, prevenção de doenças, devido a presença de vitaminas, minerais e fibras.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em relação ao consumo de frutas, apenas 18,2% dos brasileiros consomem a quantidade de frutas recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 400 gramas por dia. O Brasil é o terceiro maior produtor do mundo e mesmo assim o hábito de ingerir frutas ainda é preocupante (PORTAL BRASIL, 2011).

As frutas são consideradas saudáveis e podem ser consumidas por todas as pessoas que busquem melhorar a sua dieta, pois elas são de origem natural e, normalmente, de baixos níveis calóricos e de gordura (KEPLER E FAIR, 2007).

O Beneficiamento das frutas é de extrema importância para a comercialização, agrega valor ao produto e possibilita uma economia garantida para o sustento das famílias.

Essa comercialização é efetuada em algumas regiões do Brasil principalmente na forma in natura em margens de rodovias, por famílias necessitadas, que coletam os frutos de plantas nativas pelo sistema extrativista. Dessa forma, a atividade informal se reveste de importância econômico-social, visto que proporciona renda adicional a essas famílias durante o período de colheita. Definido pelo Código Florestal Brasileiro, essas fruteiras poderão reconstituir a reserva legal da propriedade e serem explorada economicamente, como alternativa de renda na agricultura familiar (CITADIN et al., 2010).

O direito de definir as próprias políticas, estratégias de produção, comercialização e consumo é apresentado como soberania alimentar, exemplos que vão sendo utilizados na promoção de modelos sustentáveis, valorizando a cultura alimentar e os hábitos alimentares saudáveis (MARQUES, 2010).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, (2017), as ações da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), estão organizadas em eixos de atuação em prol da soberania alimentar: apoio à produção agrícola, comercialização dos produtos e o consumo, com ações de fomento à produção de alimentos, e ao seu auto consumo, além da organização de sistemas produtivos e inclusão produtiva da população rural em situação de insegurança alimentar e nutricional, voltadas as famílias que residem nas áreas rurais ou pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

O conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura. Além disso, se reconhece que este processo deva se dar em bases sustentáveis, do ponto de vista ambiental, econômico e social. (ABRANDH, 2010).

Uma das principais políticas de SAN- Segurança Alimentar e Nutricional é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, responsável por parte do escoamento da produção de alimentos oriundos da agricultura familiar, através da comercialização.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei n.º 10.696 de 02/07/2003 é uma estratégia governamental implementada pelo governo Lula

de realização da produção de alimentos básicos, oriunda da agricultura familiar, em defesa aos princípios de aquisição de alimentos, com garantia com preços mínimos, diretamente do segmento familiar e disponibilização dessa oferta de alimentos para atender de diferentes formas conforme as demandas adicionais por alimentos, criada pelas subvenções ao consumo do Programa Fome-Zero (Bolsa-Familiar e outros), (DELGADO et al.2008).

Dado este contexto, o objetivo geral do presente estudo foi investigar o consumo, processos de beneficiamento e comercialização das frutíferas existentes no ATV-Assentamento Terra Vista, através das políticas públicas de Segurança alimentar e nutricional -SAN e outras possibilidades. Assim pretende-se que este trabalho contribua com futuros estudos quanto a diversificar o uso, valoração e valorização para o beneficiamento das frutíferas do Assentamento Terra vista, servindo como referência para outras pesquisas e ações.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a construção deste artigo envolveu revisão de literatura (trabalho científico), pesquisa-ação e estudo realizado no Assentamento Terra Vista, município de Arataca – Ba. Efetivou-se-o pela técnica de entrevistas via roteiro semiestruturado. É parte de pesquisa de mestrado em andamento. Entendida como um processo dialógico de captura de dados, por meio de informações obtidas pelas respostas a esse roteiro de perguntas, via Diagnóstico Rural Rápido Participativo (DRRP), aplicado a 25 lideranças.

ODRRP é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento na organização da produção e comercialização das frutas. Desta maneira, os participantes podem compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação (VERDEJO, 2010).

Foram utilizadas como ferramentas do DRRP:

(1) Observação participante (na primeira fase da pesquisa): cuja finalidade foi compreender a percepção da realidade da comunidade e criar certa confiança para compartilhar tempo com os comunitários;

(2) Entrevista semiestruturada (na segunda fase da pesquisa): trata-se de uma entrevista que é guiada por 10 perguntas-chave determinadas anteriormente. Esta ferramenta facilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente, sem as limitações criadas por um questionário.

Foram entrevistados 60% das lideranças do sexo masculino e 40% do sexo feminino, no total de 25 líderes familiares, os quais expressaram livremente suas respostas através desse Diagnóstico. Para conhecer o sistema de produção e colheita das frutíferas na cabruca e investigar o nível de consumo das frutíferas,

se sistematizaram dados e informações que apontaram o custo de produção e se há lucro, informaram a situação atual da comercialização através de cooperativas, políticas públicas dando ênfase ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, feiras livres e no próprio Assentamento Terra Vista e se identificaram as dificuldades existentes no processo comercial. As entrevistas aconteceram com a duração aproximadamente de 45 minutos para cada família, com análise da utilização de ferramentas do software Microsoft Excel, o que gerou gráficos quantitativos, com avaliação dos dados coletados através de estatística descritiva.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema de beneficiamento, consumo e comercialização desenvolvido pelos agricultores, que se processa atualmente no Assentamento Terra Vista-ATV, município de Arataca- Ba, esteve em sua maioria orientado para a diversificação produtiva dos alimentos com o principal objetivo de atender às necessidades de suas famílias. Ou seja, voltado para subsistência destas, conforme relatos dos assentados.

Os resultados apresentados através do DRRP, aponta como é realizado o trabalho diário na produção a comercialização no Assentamento Terra Vista-ATV. Demonstrou a falta de organização no sistema de produção, identificou que a comunidade realiza mutirão para o trabalho: indicou um número de 40% da comunidade envolvida, onde 32% da relação de trabalho é com a participação da família (filhos, parentes) que contribuem com as atividades, mas 20% afirmaram que trabalham sozinhos e 8% que contratam diaristas na época de produção e colheita exclusivamente para o cacau.

Tal situação no ATV é similar a um estudo feito no Assentamento novo Horizonte, no Ceará, que apresentou a importância da participação da família na produção dos alimentos como bastante representativa. Neste estudo, os maridos e os filhos são encarregados dos cuidados com o cultivo nos roçados e as esposas e filhas responsáveis pelo cultivo dos alimentos nos quintais e tarefas domésticas. É de interesse das mulheres em cultivar frutas e hortaliças em hortas ou canteiros nos quintais, mas na falta de conhecimento e de técnicas adequadas para a prática desse cultivo, afirmam que isso interfere na produção do assentamento, reflete diretamente nas práticas alimentares do dia a dia, pois sem conhecimentos específicos elas não encontram argumentos para convencer maridos e filhos no consumo desses alimentos, que são rejeitados por eles (FERNANDES, DUARTE,2016).

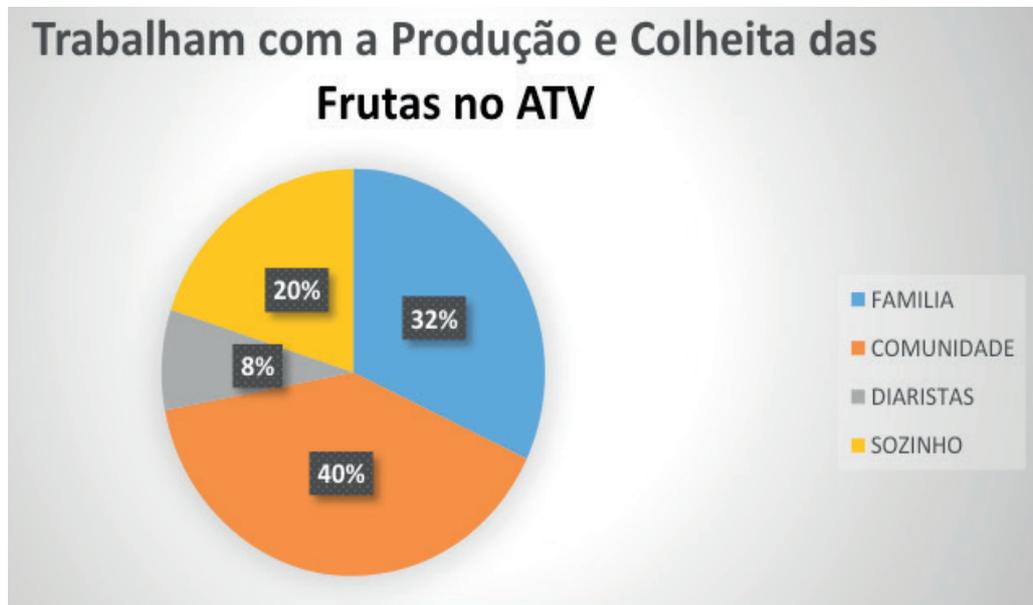


Gráfico 1

A informação obtida através do Gráfico 2, demonstra que 8% das frutas são armazenadas em um local específico no ATV. Os líderes informaram que possuem um armazém apropriado para o estoque, 24% não armazenam, utilizando-as logo em seguida ou em imediata comercialização, 24% acondicionam na própria residência em geladeira e caixas plásticas e 44% fazem o processamento de polpas e estocam em freezers. Esses frutos in natura, tem que estar em condicionamento adequado para manter a qualidade e com as propriedades organolépticas preservadas e o processamento das polpas de frutas de acordo as normas estabelecidas pela ANVISA, o que não foi possível constatar algumas desconformidades a essas normas.

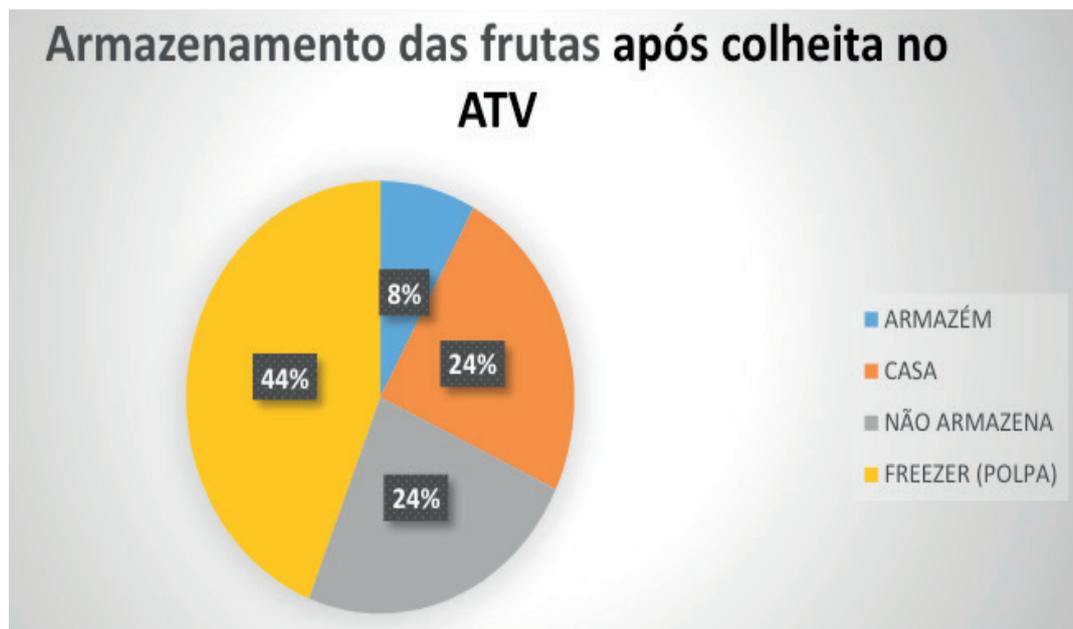


Gráfico 2

Cerca de 96% dos entrevistados desconhecem o quanto gastam com a

produção, colheita, armazenamento e transporte das frutas e que só 4% dos líderes afirmam que cada fruta gera uma receita, mas não sabem informar o valor dessa receita. Isso demonstra que falta organização com o processo de logística, necessitando de um suporte para que haja um controle cotidiano do valor real que gastam com o processo de produção e o que recebem pela comercialização.

Merece destaque tal situação ser algo comum aos assentados, por um estudo realizado no assentamento em Lagoa Grande em Dourados, no Rio Grande do Sul, que sinaliza um grande número de produtores não terem noção do custo e da rentabilidade de suas atividades produtivas. Esta fragilidade na gestão de seus lotes prejudica-os, tanto na obtenção de renda nas atividades desenvolvidas, como para o início de novas atividades agropecuárias, visando à diversificação de Fontes de renda (SANGALLI et al.2014).

Quanto às frutas que são consumidas pelas famílias no ATV, o GRÁFICO 3 demonstra quais frutas são citadas pelos líderes familiares, o cacau foi citado 18 vezes, a banana 14 vezes, açaí 13 vezes, jenipapo, jaca e cupuaçu foram citadas 12 vezes, constatando que são as mais consumidas.

Similar ao que Miotto et al. (2011), verificaram nos lotes de famílias agricultoras da Cantuquiriguaçu - PR, e destacaram no estudo, que todos os agricultores utilizavam as frutas apenas para consumo próprio, in natura, com cautela para o potencial produtivo e de processamento das espécies nativas da região.

No entanto nesse estudo, se demonstrou que o número de famílias consumidoras de frutas do ATV, equivalem a grande maioria dos agricultores entrevistados. Todos se alimentam de alguma fruta, mesmo que não sejam todas encontradas no local para consumo.

O estudo revela que famílias adquirem algumas frutas que não são produzidas no Assentamento Terra Vista–ATV, em município vizinho: (melancia, maçã, maracujá e uva), demonstra que 24% compram melancia e maracujá, 24% maçã e uva e 52% dos líderes familiares relatam não comprar em outro local e só consomem as frutas produzidas no assentamento.

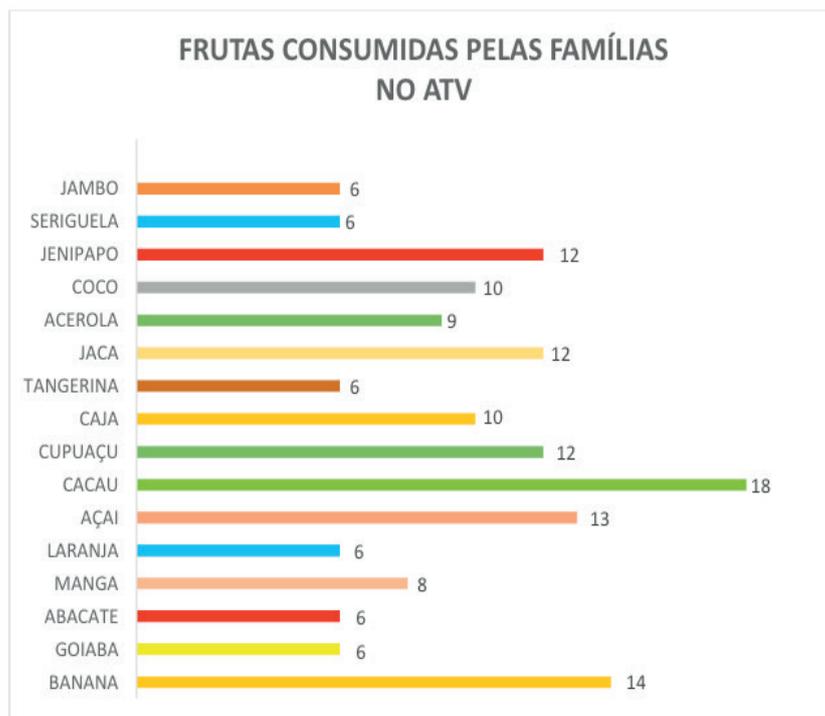


Gráfico 3

As frutas são processadas, beneficiadas e agregam valor, onde 60% se transformam em polpas de frutas e 40% em doces, polpas e geleias para o consumo da família e comercialização. Conforme apresenta os resultados no gráfico a seguir.

Giulietti et al. (2005) defendem que o potencial das frutas nativas não está apenas no fruto in natura, mas também pelo uso de subprodutos, no caso de compostos em bebidas (licores, sucos), geleias, doces, sorvetes, picolés, condimentos, entre outras formas de uso.

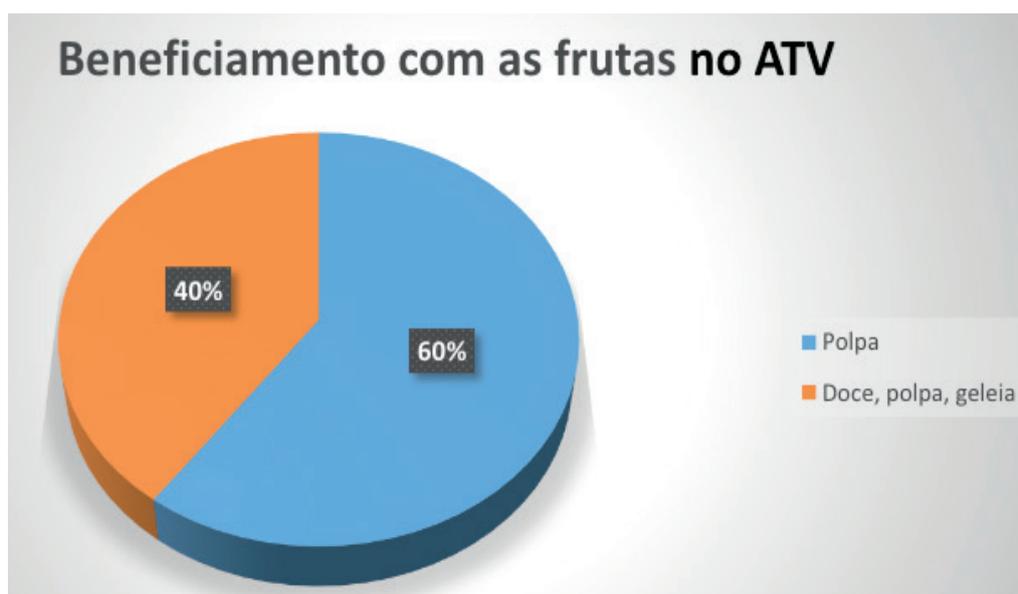


Gráfico 4

Nas entrevistas realizadas foram apresentadas a comercialização das frutas,

com destaque para o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), com 40% as frutas vendidas exclusivamente para o Programa, 24% comercializadas no próprio assentamento para consumidores interessados, também para o PAA e as feiras livres, 16% vendem nas feiras livres e no ATV e 20% das famílias não comercializam, utilizam as frutas para uso exclusivo na alimentação.

A dificuldade com a comercialização é apresentada a seguir através do Gráfico 5, onde se visualiza que 28% das famílias reclamam de um local para realizar as vendas, 20% não sabem informar porque não comercializam e 52% reivindicam sobre uma maior atenção e organização com a documentação para efetivação e adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos –PAA. Pois, devido a suspensão do Programa, em decorrência de documentações específicas ao Assentamento Terra Vista, que não está conveniado no momento. Percebe-se, dessa maneira, a necessidade da valorização de Políticas Públicas para a agricultura familiar, como forma de contribuir, para a comercialização das frutas exóticas ou nativas e consequente conservação da biodiversidade através de uma agricultura agroecológica.

Exemplarmente tais fatos demonstrados em uma pesquisa com camponeses dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário, onde eles têm acesso a oito canais de comercialização. Esta diversidade proporciona autonomia de escolher o melhor canal para efetuar as vendas de sua produção. As feiras livres realizadas, tanto em Corumbá quanto em Ladário, são acessadas pelos dois grupos estudados. Os camponeses do assentamento 72 vão mais as feiras livres do que os camponeses do assentamento Taquaral. Entretanto, esses últimos utilizam a venda de porta em porta com mais frequência que os primeiros. O estudo mostra a possibilidade de ter um aumento da comercialização dos produtos sem tamanha dependência só com as políticas públicas (CONCEIÇÃO, A.C., et al.2016).

Os principais meios de comercialização encontrados naquele estudo foram: venda direta, feira, para intermediários e para programas governamentais, como prefeituras e PAA/CONAB, sendo que em geral, os assentados utilizam mais de um meio de comercialização como estratégia de escoamento (RIBEIRO, et al,2007).

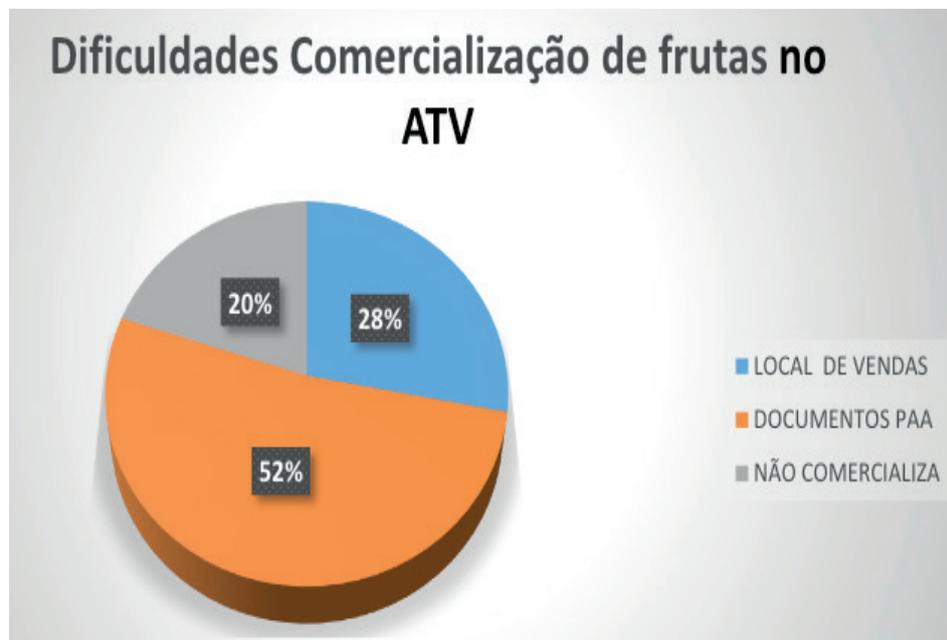


Gráfico 5

É observado a importância para adesão ao PAA- Programa de Aquisição de Alimentos. Pois 40% dos entrevistados informaram que o lucro tem uma melhora com as vendas direcionadas a essa política pública, com o valor de R\$ 2.500,00. Embora 24% não tivessem ideia do valor que recebem pela comercialização e 12% relataram que tem o lucro de aproximadamente R\$ 200,00 mensal, com vendas de alguns produtos, mas não especificando quais. Total de 8% dos entrevistados lucram R\$ 300,00 também com algumas vendas que realizam, 8% obtém 1 salário proveniente de trabalho remunerado e 8% é beneficiado com aproximadamente R\$500,00 de comercialização.

Os programas governamentais de escoamento parecem ser vistos pelos assentados como uma garantia mínima de venda na qual podem recorrer, apesar de saberem que não é suficiente para garantir sua renda. Isto porque o programa de aquisição de alimentos, disponibiliza para cada agricultor direito a uma cota de R\$ 3.500,00 por ano através do convênio para vender ao projeto cadastrado. Essa certeza de comercialização que os programas governamentais passam ao agricultor permite que ele planeje melhor sua produção, incentivando inclusive a diversificação da produção, já que não é necessário produzir em grande escala para vender para o PAA/CONAB. Este incentivo à produção e à diversificação, proporcionam a melhoria da qualidade da produção para o autoconsumo, fatores que extrapolam para o comércio local (DELGADO et al. 2008).

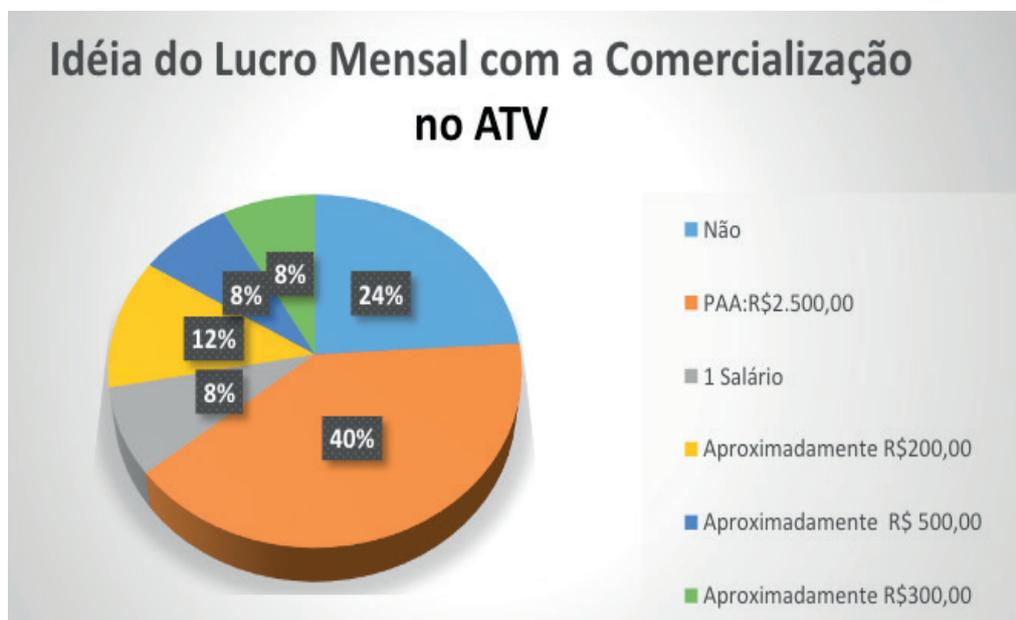


Gráfico 6

4 | CONCLUSÕES

A partir deste estudo, foi possível constatar a importância da produção de frutas para o desenvolvimento do ATV, ao destacar por meio dos dados analisados, a sua obtenção de renda em um contexto socioeconômico a sua produção e comercialização. Contudo é importante destacar o papel das Políticas Públicas para o desenvolvimento do Assentamento Terra Vista - ATV, de forma que continue avançando na diversificação da renda, tendo condições de orientar e atender todas as necessidades da agricultura familiar de maneira mais eficiente.

Em suma, destaque-se a necessidade de melhorias na comercialização e criação de marcas orgânicas para as frutas e seus subprodutos produzidos, o que poderá colaborar no desenvolvimento socioeconômico e a necessidade de intensificação de Políticas Públicas desburocratizadas voltadas para a segurança alimentar e nutricional.

As dificuldades para estimar o preço das frutas ficaram evidente, e a maior parte do beneficiamento das frutas é para a fabricação de polpas de frutas, constatado que os agricultores não sabem o custo com a produção, beneficiamento e lucro efetivo, apresenta não ter noção do valor para comercialização das frutas, utilizando da ideia do que vale no momento.

Verificou-se a importância de comercialização das frutas para o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), que na ocasião da pesquisa apresentou suspensão, dessa maneira prejudicou a renda dos agricultores familiares que dependem do PAA e de outras políticas públicas para comercialização e sobrevivência.

Neste sentido, o PAA se coloca como instrumento de garantia de renda e sustentação aos agricultores familiares, fortalece as políticas públicas de SAN e todo contexto, promove segurança alimentar e nutricional dos assentados e beneficiários,

com melhoria na qualidade dos produtos da agricultura familiar, comercialização local e regional das frutas e escoamento dos produtos da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRANDH, **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional** /Valéria Burity ... [et al.]. - Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.
- ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasil). Resolução RDC nº 12, de 02 de janeiro de 2001. **Regulamento Técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos**. Brasília,DF:ANVISA;2001. Disponível em:<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/a47bab8047458b909541d53fbc4c6735/RDC_12_2001.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 4 out 2017.
- CAMARGO, R.A.L., BACCARIN, J.G JG - periodicos.fclar.unesp.b. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar**.2013.
- CITADIN, I. SASSO,Z.A.S., DANNER.A.M.,Jaboticabeiras. **Revista Brasileira de Fruticultura**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, jun. 2010.Scielo.
- CONCEIÇÃO, A.C., CARVALHO, X.M.M, COSTA, A.E., **Canais de comercialização de alimentos dos camponeses dos assentamentos da fronteira Brasil-Bolívia**, Caminhos de geografia - revista online. Instituto de Geografia UFU Programa de Pós-graduação em Geografia. 10p. Dez.2016.
- DELGADO, G. C., CONCEIÇÃO, J. C. e OLIVEIRA, J. J. **Relatório de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Sociedade e Desenvolvimento rural ISSN 1981-1551. 2008.
- FERNANDES, C.L.I., DUARTE, T.M.A., **Segurança alimentar e autoconsumo: uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida das famílias de um assentamento rural no Ceará** http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt6/gt6_75.pdf.2016.
- FREITAS, D.GRANDI. MATTIETTO, R.A. **Ideal sweetness of mixed juices from Amazon fruits**. Ciênc. Tecnol. Aliment., Campinas, 33(Supl. 1): p. 148-154, fev. 2013.
- GIACOMETTI, D.C. **Recursos genéticos de fruteiras nativas do Brasil**. In: SIMPÓSIO NACIONAL.
- GIULIETTI,A.M.,HARLEY,R.M.,QUEIROZ.L.P.,WANDERLEY.M.G.L., BERG,C.V.D. **Biodiversidade e conservação**. Megadiversidade, [s.l.], V1, n1, p. 52-62, jul. 2005.
- KEPLER, R.; FAIR, T. **Estudo da competitividade da indústria de polpa de frutas baiana**. Administração. Revista Estudantil de Produção Acadêmica -SEPA. v. 11, p. 1-13, 2007.
- LOBÃO,D.E.,SETENTA,W.C.,SANTOS,E.S.,CURVELO,K.LOBÃO.E.S.P.,VALLE,R.R. **Sistema cacau cabruca e a mata atlântica: diversidade arbórea, conservação e potencial de produção**. Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, Bahia, Brasil.2011.
- MARQUES, PEM, **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudos de perspectivas Concorrentes. Segurança Alimentar e nutricional**. Campinas. V.17,n.2,p.78-87, 2010.
- MDSA. **Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan /MDSA)2017.

MIOTTO, R. *et al.* **Estimativa da produção das frutas nativas do território da Cantuquiriguaçu.** In: I Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE), 2011, Laranjeiras do Sul-PR. I Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE), 2011.

NEGRI, BERN E BRAZACA **valor nutricional de frutas nativas e exóticas do Brasil, Biosaúde,** Londrina, v. 18, n. 2, pag.2 2016.

PORTAL BRASIL, *www.brasil.gov.br* > Assuntos > Saúde, 2011. Acesso em: 10 jun.2017.

RIBEIRO, M. T., SILVA, R.P. **A produção no assentamento Ipanema, em Iperó-Sp,** 2007.

RUFINO, M.S.M. **Propriedades Funcionais de frutas tropicais brasileiras não tradicionais. Tese doutorado em fitotecnia** –Universidade Federal Rural do Semiárido. MOSSORÓ-RN.237f.: il 2008.

SANGALLI, A. R., SCHLINDWEIN, M.M ,CAMILO,L.R., **Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul, Ciência e Natura, Santa Maria,** v. 36 n. 2 maio-ago. p. 180 –192 Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM 2014.

SARAIVA, B.E., SILVA.F.P.A, SOUSA, A.A. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Universidade Federal de Santa Catarina., Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Nutrição, SciELO Public Health2013.

SETENTA, Wallace & Lobão, Dan Érico. **Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos por Wallace Setenta e Dan Érico Lobão.** Itabuna. BA. 2012.190p.

STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 19642003.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1



9 788572 475051